



A “EMANCIPAÇÃO DO ARTISTA” E O DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Joyce de Matos Barbosa (UFBA)

RESUMO: O presente artigo analisa dois pontos de convergência e maciço debate no meio das artes: desenvolvimento cultural e a participação do espectador, procurando encontrar a simbiose entre esses dois pontos propostos, percebendo qual a ligação entre eles e como um tem responsabilidade direta com a existência do outro, tentando, assim, buscar uma resposta para questões que vem sendo discutidas há bastante tempo no Brasil no que tange ao crescimento/progresso da cultura e como esse entendimento (progressista) mascara a realidade do que propomos (ou podemos propor) enquanto atores políticos e, em face disso, qual o resultado da atuação pragmática do Estado maior na criação e permanência de um público apreciador de dança não meramente espectador, mas tradutor do que vê.

Palavras-chave: cultura; desenvolvimento; emancipação; comunicação; tradução.

ABSTRACT: This article analyses two points of convergence and huge conversation on arts: cultural development and spectators' emancipation, seeking to find a symbiosis between these two proposed points and noticing the link between them and how each one has a direct responsibility with the others' existence, trying to find an answer to questions that are being discussed for a long time in Brazil regarding growth/progress of culture and how this understanding (progressist) hides the reality of what we proposed (or can propose) while political actors and what is the result of Major State's pragmatism on creation and permanence of a appreciate audience of dance, not merely spectator, but translator of what they see.

Keywords: culture: development: emancipation: communication: translation

O presente trabalho dialoga com dois pontos de convergência e maciço debate no meio das artes: desenvolvimento cultural e a participação do espectador. O nosso objetivo geral é encontrar a simbiose entre eles, no intuito de perceber exatamente quais as ligações que entre eles podem ocorrer e como um tem responsabilidade direta com a existência do outro, tentando, assim, buscar uma resposta para questões que vem sendo discutidas há bastante tempo no Brasil no que tange ao crescimento/progresso da cultura e como esse mesmo entendimento vem mascarando a realidade do que propomos (ou podemos propor) enquanto política cultural, discutindo, também, qual o resultado dessa atuação pragmática do Estado maior na criação e

permanência de um público apreciador de dança enquanto público não meramente espectador, mas tradutor do que vê.

Teremos como base de estudo para aprofundar as nossas análises os textos de Jacques Rancière, “O espectador emancipado” e “A partilha do sensível”, incluindo sua entrevista a Revista brasileira CULT, dada em 2010, onde o autor aborda o papel do espectador no mundo do espetáculo partindo da premissa da inteligência do “homem médio” ou “homem ignorante”, fazendo uso da, na época estranha, teoria de Joseph Jacotot¹ de que um homem ignorante poderia ensinar algo que não sabia a outro também ignorante, proclamando, assim, uma igualdade de inteligências e uma emancipação de intelectos, no intuito de fundamentar melhor o entendimento de desenvolvimento cultural e tradução.

No Brasil, pensa-se em “cultura” e se imagina “arte”, o que não deixa de ser apropriado de certa forma, afinal a arte está implicada no processo cultural de uma sociedade de maneira desvinculante. Mas mesmo assim, ao pensarmos “arte” associamos sua ideia libertária a desnecessidade e ausência de compromisso com essa mesma concepção de “cultura” que outrora fizemos, pois não conseguimos entender exatamente a arte/cultura como um campo de desenvolvimento socioeconômico, mas apenas como “algo” mercadológico, o que termina por enfraquecer as vertentes desse pensamento, limando, inclusive e principalmente, a ideia de política cultural.

O problema da deturpação do conceito de “política cultural”, se assim podemos afirmar como “conceito”, resta implicado nesse raciocínio quadrado/cartesiano de que a cultura/arte deve estar ligada diretamente a sua representação numérica, desconsiderando por completo, muitas vezes, o impacto que ela produz na sociedade e como esse mesmo impacto reverbera para gerações futuras. Não se coloca a cultura/arte dentro de uma perspectiva longa porque simplesmente não se vê, ainda, no Brasil, a cultura/arte através de um “planejamento estrutural organizado”, onde o principal foco do “crescimento” seja o da sociedade e que ele seja suficiente para se investir em políticas de cultura enquanto um processo e não como produto (visão de mercado).

¹ Joseph Jacotot, professor e filósofo francês, foi o criador da teoria da “emancipação intelectual” referida acima no texto.

E qual o reflexo desse pensamento na sociedade se realmente o Estado maior conseguisse desenvolver políticas públicas culturais com esse caráter de permanência? Se a tradução é um processo de transcrição, como afirma Haroldo de Campos, é natural que ela vá reafirmando-se e recriando-se com o tempo na mente daquele indivíduo que a presenciou. Porém, esse “estado natural” de tradução só pode acontecer se ao artista for concedido o direito de apresentar sua obra com qualidade. Porém, no nosso país, esse papel, que deve ser articulado pelo poder público, não se faz presente na “agenda de política cultural”, o que implica em um entendimento de política a longo prazo, conectada com um pensamento continuísta e, por sua vez, desenvolvimentista. O que há é uma barganha total de redução de orçamentos em projetos culturais, que terminam por deturpar a ideia de política cultural artística focada no desenvolvimento da arte para a sociedade.

No meio dessa situação encontramos artistas que aceitam tal situação, o que, de pronto, já debilita todo o processo artístico que nem se iniciou ainda. Dentro dessa realidade quem perde é o país e, por analogia, a sociedade, que não deixa de ser o “espectador” do trabalho artístico, porém um espectador passivo que, em referência ao teatro, está na “condição do espectador” (que mais parece uma doença), conforme Rancière coloca em seu artigo “O espectador emancipado”.

Mas para que essa solução seja implementada é necessário que haja a alternância de pensamento daqueles que promovem a cultura, e aqui também falo dos artistas, especialmente aqueles que aceitam submeter sua arte à precariedade dos orçamentos. É preciso reverter essa condição de passividade do espectador promovendo cultura de qualidade, que possa emergir de um real compromisso do poder público com a sociedade através de planejamentos financeiros para a cultura, raciocinando que ela é tão importante para o desenvolvimento da sociedade quanto a indústria de tecidos, sapatos e cosméticos.

A possibilidade de desenvolvimento cultural esbarra claramente na questão de formação de público. Embora não tenhamos colocado este assunto como ponto principal de nossas discussões é inevitável admitir que com a mudança de pensamento acerca da construção de políticas culturais talvez a arte e seus segmentos conseguissem encontrar força para lutar com “paridade

de armas” com outros segmentos artísticos, por exemplo: a dança e o (*versus*) cinema. Sabemos que os gastos são maiores na constituição de um filme, mas sabemos também que não há orçamento federal, estadual e municipal suficiente para as produções de dança. Nasce assim a contradição. Contradição esta que resta ao lado da “comunicação”, que também deve ser levada em conta quando o artista desenvolve sua pesquisa e pretende apresentá-la ao público, afinal seu desejo final é o de se comunicar.

A “partilha do sensível” (*partage du sensible*), outra obra de Jacques Rancière, também se aplica a esse entendimento que estamos propondo como alternativa à, se assim podemos chamar, crise cultural. Para ele o conceito de partilha do sensível descreve:

...a formação da comunidade política com base no encontro discordante das percepções individuais. A política, para ele, é essencialmente estética, ou seja, está fundada sobre o mundo sensível, assim como a expressão artística. Por isso, um regime político só pode ser democrático se incentivar a multiplicidade de manifestações dentro da comunidade. (RANCIÈRE, 2010).

É preciso que haja a distribuição de capacidades e incapacidades dos seres ignorantes (aqui podemos representar esta ideia do “ser ignorante” como o espectador) dentro dessa partilha totalmente desigual. E segue propondo:

A condição do espectador não é uma passividade que deve ser transformada em atividade. É nossa situação normal. Nós aprendemos e ensinamos, atuamos e sabemos, como espectadores que ligam o que vêem com o que já viram e relataram, fizeram e sonharam. (...) Nós precisamos é reconhecer que cada espectador já é um ator em sua própria história e que cada ator é, por sua vez, espectador do mesmo tipo de história. (RANCIÈRE, 2010).

De maneira clara o filósofo nos resgata o entendimento de que não existe conhecimento que não esteja posto e se saiba conhecido. Basta apenas que contornemos a máquina educacional transformando-a em algo mais interessante e menos burocrático a fim de que não sejamos espectadores do mundo, mas entendamos o nosso papel fundante de atores do mundo, papel este a ser desempenhado a todo instante, sem qualquer prerrogativa, negatividade, passividade ou controvérsia. E ao “incentivar a multiplicidade de manifestações dentro da comunidade” para que haja a democracia em seu sentido amplo, temos o pensamento filosófico conectado ao pensamento do

economista Amartya Sen, que discute o desenvolvimento como uma possibilidade de liberdade, quando à sociedade são dadas as chances (oportunidades/liberdades substantivas²) de se desenvolver.

Sen trouxe ao mundo a compreensão de “liberdades substantivas”, como liberdades necessárias, assumindo que “não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais.” (SEN, 2000), acreditando ser a conceituação de desenvolvimento muito abrangente para caber dentro de um formato numérico. Ele nos propõe pensar no desenvolvimento como uma liberdade construída pelo povo através das “ferramentas” dadas pelos governos e não simplesmente dada (a sociedade). Se fizermos essa analogia da “liberdade” com a cultura é possível pensarmos numa arte concretizada e, por isso, mais solidificada dentro da importância que produz à sociedade.

É preciso que enxerguemos além do que hora se mostra como a única possibilidade de crescimento/desenvolvimento artístico (editais como planejamentos culturais), pois pensar que os programas de editais por si só bastam como ideia de política cultural apenas realça a verdade de que, atualmente, os artistas brasileiros estão cada vez mais presos ao que é “dado” pelo governo, num *welfare state* pobre e fadado ao cansaço, e cada vez mais distantes das suas reais “liberdades substantivas” e artísticas, logo separados, também, do caminho da emancipação cultural.

Em entrevista a alunos do Doutorado em Comunicação e Semiótica da PUC de São Paulo, a professora Doutora Helena Katz nos põe diante dessa discussão: “pra falar da tradutibilidade do trabalho artístico precisamos adentrar um pouco mais na discussão do que é comunicação entre arte e público, de onde ele vem e para onde está indo” (KATZ, 2011). Ela reforça a importância de deixarmos de “analisar” arte/trabalhos artísticos sob o viés da comunicação como “algo vago”, como a ideia de “compreender” o que o outro fala, mas sim repensar a “comunicação” da arte em si, focando na criação de conceitos/teorias próprias da arte, quase como uma comunicação paralela à concepção de comunicação propriamente conhecida e estudada. E que não podemos pensar que o sucesso da comunicação se dá por números, ou seja,

² Liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora

quanto mais gente “ver” a obra de arte, maiores são suas chances de comunicação e mais poderoso será a tradução daquela obra, levando, posteriormente a um consumo de maior qualidade, seja qual for a “coisa” a ser consumida (aqui falamos de arte).

O pensamento em torno da tradução e de como ela se opera e, principalmente, como coloca a professora, para “onde está indo” é que deve manter contato direto com o entendimento de Sen. Muito embora não possamos afirmar que ao conceder mais verbas o Governo garante um processo de tradução mais substancial, pois este é justamente o ponto que não pode nem deve ser defendido, simplesmente por ser irreal e estúpido, devemos pensar o processo de tradução que promove o nascimento de um povo cultural e educacionalmente mais alerta e comprometido com a inteligência, completamente conectado com o quanto podemos ter do Estado maior em termos de garantias/prerrogativas sustentáveis, para construir e dinamizar nossas capacidades substantivas enquanto homens, gerando uma forma diferenciada de apreensão (da arte).

As premissas de avaliação, no que tange a uma “comunicação própria das artes”, são imensas, sem dúvida. Mas acredito ser possível vislumbrarmos um início de estruturação dessas teorias de comunicação artística, exclusivamente, se começarmos a pensar no desenvolvimento de capacidades pessoais dentro de ideias como a da “partilha do sensível”, inseridas no conceito de permanência das “liberdades instrumentais/substantivas” quando falamos em criação de “políticas culturais”, tendo por base o “desenvolvimento como liberdade”.

Precisamos, enquanto seres sociais, repensar a forma como consumimos as informações (e coisas) postas diante de nós pelo mundo. É imprescindível que o homem consiga, dentro de um juízo de valor próprio, saber o que lhe faz bem e o que não lhe faz (em termos culturais e sociais) e entender, também, quais saberes acrescentam, ou não, conhecimentos significativos, propiciando a possibilidade de apreendermos “coisas associadas àquele entendimento de mundo” (KATZ, 2011) da obra de arte vista, distanciando-o do *status quo* social midiático pós-moderno de total aceitação de “qualquer coisa”.

Referências bibliográficas

BHABHA, Homi K.. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

KATZ, Helena T. **Pensamento em torno da tradução**: parte 2. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=tkktQfjml6I>>. Acessado em: 20 de junho de 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **A emancipação do espectador**. Disponível em: <http://antropofagia-interculturalismo.blogspot.com.br/2010/03/o-espectador-emancipado-artigo-de_12.html>. Acessado em: 19 de junho de 2012.

_____. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

_____. **Entrevista Revista CULT**: Jacques Rancière. Disponível em: <<http://gambiarre.org/category/ranciere-jacques/>>. Acessado em: 20 de junho de 2012.

_____. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual; tradução de Lilian do Valle. Belo Horizonte : Autêntica, 2002.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.